

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR  
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES – CACOAL  
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DO CURSO DE DIREITO**

**MILENE BARBOSA DA CUNHA**

**ANÁLISE DA REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL NO BRASIL DE  
ACORDO COM A DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
MONOGRAFIA**

**CACOAL/RO  
2016**

**MILENE BARBOSA DA CUNHA**

**ANÁLISE DA REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL NO BRASIL DE  
ACORDO COM A DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL**

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Universidade Federal de Rondônia – *Campus* Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, como requisito parcial para grau final de bacharel em Direito elaborada sob a orientação do Professor Especialista Jônathas Siviero

**CACOAL/RO**

**2016**

Cunha, Milene Barbosa.

C972a      Análise da redução da maioria penal no Brasil de  
acordo com a doutrina da proteção integral/ Milene Barbosa  
Cunha – Cacoal/RO: UNIR, 2015.  
57 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação).  
Universidade Federal de Rondônia – Campus de Cacoal.  
Orientador: Prof. Me. Jônathas Siviero.

1. Direito constitucional. 2. Maioridade penal. 3. Menor  
infrator. 4. Proteção integral - Doutrina. I. Siviero, Jônathas. II.  
Universidade Federal de Rondônia – UNIR. III. Título.

CDU – 342

Catálogo na publicação: Leonel Gandi dos Santos – CRB11/753

# ANÁLISE DA REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL NO BRASIL DE ACORDO COM A DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL

Esta monografia foi julgada aprovada para obtenção do grau de **Bacharel em Direito** pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR – *Campus* de Cacoal, mediante apresentação à Banca Examinadora, formada por:

---

Professor Esp. Jônathas Siviero – UNIR - Presidente

---

Professor M.e Silvério dos Santos Oliveira – UNIR - Membro

---

Professor M.a Daeane Zulian Dorst – UNIR - Membro

Cacoal/RO, 29 de fevereiro de 2016.

Dedico este trabalho a Deus, minha família, a todos os meus amigos, àqueles que fizeram e fazem parte da minha caminhada na Pastoral da Juventude e as minhas amigas de turma que foram grades motivadoras e compartilharam momentos memoráveis neste cinco anos. Em especial, agradeço a minha prima Carina, que além de grande amiga me incentivou e me auxiliou imensamente

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus, pois foi Ele quem proporcionou todas as minhas conquistas.

A minha mãe, a mulher que sempre foi meu exemplo de vida e de fé, meu pai que sempre me apoiou, meu irmão que é um grande parceiro e me atura como irmã mais velha e todos os meus familiares, que me incentivaram sempre.

A todos os meus amigos, os que conheci através da fé, na caminhada de Pastoral, e os que fiz durante a minha vida, que sempre acreditaram que seria capaz

Ao professores que através do trabalho contribuíram para minha formação acadêmica.

Por fim, agradeço a todos os que, de alguma forma contribuíram para que eu chegasse onde cheguei.

A todos, minha imensa gratidão.

*"Não considere nenhuma prática como imutável. Mude e esteja pronto a mudar novamente. Não aceite verdade eterna. Experimente".*  
(B. F. Skinner)

## RESUMO

A redução da maioridade penal Brasil é um assunto que ganhou e vem ganhando cada vez mais espaço na sociedade e permitindo grandes debates. A maioridade penal é prevista na Constituição Federal em seu art. 228, disciplinando que as pessoas menores de dezoito anos são inimputáveis, ou seja, não poderão ser responsabilizadas penalmente pelos atos infracionais que cometerem, porém, esses menores em conflito com a lei serão submetidos as normas da Lei 8069 de 1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente. O tema será analisado baseados nos preceitos da Doutrina da Proteção Integral, inserida no texto constitucional no art. 227 e efetivada através do Estatuto da Criança e do Adolescente. Através do exame de institutos normativos, doutrinários e principiológicos referentes as Crianças e Adolescentes é presumível a verificação da possibilidade ou não a redução da maioridade penal de acordo com tal doutrina. Conforme a Doutrina da Proteção Integral, até os dezoito anos o indivíduo é considerado uma pessoa em desenvolvimento, necessitante de toda proteção do Estado, família e sociedade, nesse sentido, a redução da maioridade penal seria um retrocesso aos direitos e garantias individuais, o que acarretaria no impasse constitucional do art. 228 ser considerado cláusula pétrea, não ter o texto modificado, impossibilitando a redução da maioridade penal.

**Palavras-chave:** Doutrina de Proteção integral. Maioridade penal. Menor infrator.



## **ABSTRACT**

The reduction of criminal responsibility Brazil is a subject that has gained and is gaining more space in society and allowing great debates. The criminal responsibility is provided for in the Federal Constitution, art. 228 disciplining the people under eighteen are incompetent, or can not be held criminally liable for illegal acts they commit, however, these minors in conflict with the law will be submitted to the provisions of Law 8069 of 1990, known as the Statute of children and Adolescents. The theme will be analyzed based on the precepts of the Doctrine of Integral Protection, inserted in the Constitution in art. 227 and carried out by the Statute of Children and Adolescents. By examining normative institutes, doctrinal and examination of principles regarding the Children and Adolescents is supposed to check whether or not the reduction of criminal responsibility in accordance with this doctrine. As the Doctrine of Integral Protection, to eighteen years, the individual is considered a developing person, necessitating all state protection, family and society, in this sense, the reduction of the legal age would be a throwback to individual rights and guarantees, which would result in the constitutional impasse of art. 228 be considered entrenchment clause, not having the modified text, making it impossible to reduce the penal age.

**Keywords:** Doctrine of Integral Protection, criminal majority, juvenile offender.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2. MAIORIDADE.....</b>	<b>13</b>
Imputabilidade.....	13
2.2 Formas de imputação .....	16
2.3 Critérios para aferição de imputabilidade .....	18
1.4 Inimputabilidade versus impunidade .....	20
<b>3. DA DOUTRINA DE PROTEÇÃO INTEGRAL.....</b>	<b>22</b>
3.1. Percurso dos direitos da criança e adolescente no Brasil.....	22
3.2 O Estatuto da Criança e do Adolescente .....	27
3.3 Diferenciação legal de criança e adolescente .....	30
3.3.1 A inserção do jovem no texto Constitucional.....	31
3.4 Medidas estabelecidas pelo eca para punição do ato infracional .....	32
3.4.1 Medidas Protetivas.....	32
3.4.2 Medidas Socioeducativas .....	34
3.4.2.1 Advertência .....	35
3.4.2.2 Obrigação de reparar o dano .....	35
3.4.2.3 Prestação de Serviços à Comunidade .....	36
3.4.2.4 Liberdade Assistida .....	37
3.4.2.5 Semiliberdade .....	38
3.4.2.6 Internação .....	40

3.4.3 Execução das medidas socioeducativas.....	42
<b>4 (IM)POSSIBILIDADE DA REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL DEACORDO COM O PRINCÍPIO DA DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL .....</b>	<b>46</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>52</b>
<b>REFERÊNCIAS: .....</b>	<b>54</b>

## **1. INTRODUÇÃO**

A redução da maioridade penal é um tema que ganha destaque na sociedade, os debates e discussões sobre o assunto. As opiniões contrárias e favoráveis, podem ser falaciosas, mas ao mesmo tempo pode-nos abrir para uma reflexão se é ou não possível a redução da maioridade penal no Brasil.

Dessa forma, se fará uma análise da redução da maioridade penal a partir de uma base doutrinária, conhecida como Doutrina da Proteção integral da Criança e do adolescente. Ressalta-se que serão expostos, conceitos, definições e históricos que possibilitarão a noção de institutos jurídicos relacionados com a doutrina e a maioridade penal.

A análise que será realizada, responderá fundamentadamente como a doutrina de proteção integral (im) possibilitaria a redução da maioridade penal?

As hipóteses levantadas para se responder a possibilidade da redução da maioridade penal no Brasil levando em consideração o que disciplina a doutrina da proteção integral da criança e do adolescente foram:

- a) Segundo alguns doutrinadores, um adolescente de 16 anos já seria sujeito capaz de discernir as condutas que seriam legais e ilegais, devendo ser responsabilizado pelos seus atos igualmente como adulto.
- b) A doutrina da proteção integral, baseada nos preceitos da Constituição Federal, bem como do Estatuto da Criança e do Adolescente, observa que o adolescente ainda é uma pessoa em desenvolvimento, dessa forma, devem ser punidos por lei especial.

Entendendo que, para responder a esse objetivo, foram analisados os seguintes aspectos:

- a) Verificar os direitos fundamentais e os princípios que norteiam e fomentam a aplicação da doutrina da proteção integral no direito brasileiro;
- b) Verificar as medidas socioeducativas aplicadas aos menores infratores no Brasil, disciplinadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente;
- c) Verificar a possibilidade de aplicação da redução da maioridade penal sob a ótica da Constituição Federal de 1988 e da doutrina da integral.

Utilizando-se do argumento de ser o anseio da sociedade, quase não se discute os critérios adotados pelos legisladores para a redução da maioridade penal, porém há que se ressaltar que os critérios adotados contribuem para a caracterização da imputabilidade penal na legislação pátria. Foi adotado pelo Brasil o critério biopsicológico, o qual estabelece uma idade mínima como critério para verificar se o agente possui capacidade de entender e determinar a conduta que foi praticada.

Há a necessidade de demonstrar que a possibilidade de reduzir a maioridade implica em diversos aspectos legais, que divergem opiniões até mesmos de interpretes e aplicadores da lei.

As demandas sociais crescem e grande parte da população clama por uma resposta as necessidades. A análise levantada pelo presente é relevante para esclarecer com base nos dispositivos legais a possibilidade de redução da maioridade penal e suas implicações na sociedade.

Os meios utilizados que possibilitaram alcançar o objetivo, foram o conjunto de leis, referentes a Doutrina de Proteção Integral. Partindo de preceitos verdadeiros que permitem uma conclusão formal caracterizando como método da pesquisa como dedutivo pois consta de uma análise documental, principalmente do ECA e a Constituição Federal, documentos oficiais que regem todos os aspectos dos menores no Brasil. O método de interpretação jurídica foi a dogmática pois auxiliou no direcionamento da pesquisa, dessa forma, a dogmática permite que os atos e decisões tomadas partam de premissas concretas.

As técnicas utilizadas para a pesquisa caracterizam-se na análise documental e bibliográfica, em análise documental caracteriza-se pois a maior parte das fontes escritas é com base em investigação, assim, a pesquisa realizada a partir de documentos legais, sobre tudo os legislativos, e a pesquisa bibliográfica por serem

estudados livros, artigos, matérias e publicações dos veículos de informação escritos.

O trabalho a seguir está dividido em três capítulos, sendo o primeiro referente a maioria penal, apresentando as características sobre a imputabilidade. No segundo capítulo, apresentará a doutrina da proteção integral, o percurso dela na legislação brasileira e a efetivação através do Estatuto da Criança e do adolescente, expondo também, as medidas de punição adequadas de acordo com o que tal doutrina assevera. Por fim, será feita a contextualização que analisará a possibilidade ou não da redução da maioria penal de acordo com o princípio da doutrina da proteção Integral.

## 2. MAIORIDADE

Nesse capítulo pretende-se delimitar o objeto da pesquisa apresentando sobre a maioridade penal. É importante apresentar algumas definições e conceitos que permitem uma maior compreensão e entendimento para análise da maioridade, e sua redução. Desse modo, é essencial conhecer sobre a imputabilidade penal, pois a maioridade será desenvolvida a partir dessas definições.

Assim, com a definição e abordagem do tema referente imputabilidade, apresentaremos os critérios adotados para aferição, e as formas de imputabilidade adotadas pelo ordenamento jurídico.

### Imputabilidade

De acordo com conjunto de normas jurídicas do Brasil, os menores de dezoito anos são penalmente inimputáveis, ou seja, aos indivíduos que até a data do acontecimento do fato ilícito não possuem dezoito anos. Dessa forma, a Constituição Federal de 1988 disciplina em seu artigo 228 que “São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.” (BRASIL,1998) O código penal reproduziu o texto constitucional em seu Capítulo I, título III, artigo 27, que trata da imputabilidade penal referente a faixa etária.

A imputabilidade além de estar relacionada a faixa etária, também abrange outros indivíduos, conforme a capacidade intelectual do agente, sendo assim, a legislação brasileira classifica como inimputáveis aqueles que possuem doença mental, desenvolvimento mental incompleto ou retardado ou estado de embriaguez acidental completa como inimputáveis.

O ordenamento jurídico pátrio não traz a conceituação de imputabilidade, por isso, é necessário compreender um pouco sobre a imputabilidade para alcançar o que o legislador pretendia ao determinar a maioridade penal a partir dos dezoito anos. Nesse sentido o doutrinador penalista Fernando Capez define o conceito de imputabilidade da seguinte forma:

É a capacidade de entender o caráter ilícito do fato e de determinar-se de acordo com esse entendimento. O agente deve ter condições físicas, psicológicas, morais e mentais de saber que está realizando um ilícito penal. Mas não é só. Além dessa capacidade plena de entendimento, deve ter totais condições de controle sobre sua vontade. Em outras palavras imputável é não apenas aquele que tem capacidade de inteligência sobre o significado de sua conduta, mas também de comando da própria vontade, de acordo com esse entendimento. (CAPEZ, 2011)

Assim, no Código Penal (CP) brasileiro ao dispor sobre inimputabilidade por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, possibilita o entendimento de quem seja um sujeito imputável. Dessa maneira, o art. 26 assevera:

Art. 26 É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. (BRASIL, 1940)

Nos termos do art. 26, do CP, que fornece a *contrario sensu*, o conceito de imputabilidade, não é imputável o agente que, no momento do fato, em consequência de doença mental ou de desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não possuía a capacidade de entender o caráter ilícito da conduta ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

A imputabilidade contém um juízo sobre a capacidade geral do autor. Não se trata de uma valoração específica, que a tornaria psicológica. Nas palavras de Jesus (1995, p. 418): “a capacidade concreta de culpabilidade não é suscetível de percepção, sobretudo por terceiras pessoas, uma vez que não pode ser objeto de conhecimento teórico”.

É perceptível que a norma não dispõe que o indivíduo não compreendeu o caráter ilícito do fato; uma vez que assim dissesse, estaria determinando uma apreciação concreta e psicológica. Distinguem-se, pois, capacidade intelectual e volitiva (imputabilidade) e consciência da ilicitude. Trata-se, dessa forma, de um puro juízo de valor a respeito da capacidade de culpabilidade.

Para explicar sobre essas capacidade, temos o entendimento de Rogério Sanches, para que haja a caracterização da imputabilidade, é necessário que haja dois elementos, o intelectual e o volitivo. O elemento intelectual refere-se sobre a saúde mental do agente, sua compreensão que o fato que o ato que cometeu é errado. Já o elemento volitivo refere-se a vontade do agente, isto é, o indivíduo compreender o ilícito e ter controle sobre suas ações. (CUNHA, 2015, p.277)

Desse modo, entende-se que a imputabilidade ocorre através da atribuição e responsabilização de um fato a uma pessoa que pode ter o discernimento das ações que pratica. Se o indivíduo não possuir condições de compreensão e não conseguir determinar-se diante de um fato, este será considerável inimputável.



A imputabilidade não se confunde com a responsabilidade penal, que corresponde às consequências jurídicas oriundas da prática de uma infração. Assim, responsabilidade, segundo Jesus (1995), é a obrigação que alguém tem de arcar com as consequências jurídicas do crime. É o dever que tem a pessoa de prestar contas de seu ato. Ele depende da imputabilidade do indivíduo, pois não pode sofrer as consequências do fato criminoso (ser responsabilizado) senão o que tem a consciência de sua antijuridicidade e quer executá-lo. (JESUS, 1995, p. 419).

De acordo com a teoria da imputabilidade moral, o homem é um ser inteligente e livre e por isso responsável pelos atos praticados. Inversamente, quem não tem esses atributos é imputável. Sendo livre, tem condições de escolher entre o bem e o mal. Escolhendo uma conduta que lesa interesses jurídicos alheios, deve sofrer as consequências de seu comportamento. A concepção dominante na doutrina e nas legislações vê a imputabilidade na capacidade de entender e de querer.

A capacidade de entender o caráter criminoso do fato não significa a exigência de o agente ter consciência de que sua conduta se encontra descrita em lei como infração. Imputável é o sujeito mentalmente são e desenvolvido que possui capacidade de saber que sua conduta contraria os mandamentos da ordem jurídica. A imputabilidade deve existir no momento da prática da infração. Daí dizer o art. 26, caput, ao, tratar de causas de exclusão da imputabilidade, que a deficiência deve existir “ao tempo da ação ou da omissão”.

Jesus (1995), define imputabilidade da seguinte maneira:

Inimputabilidade é a incapacidade para apreciar o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com essa apreciação. Se a imputabilidade consiste na capacidade de entender e de querer, pode estar ausente porque o indivíduo, por questão de idade, não alcançou determinado grau de desenvolvimento físico ou psíquico, ou porque existe em concreto uma circunstância que a exclui. Fala-se, então, em inimputabilidade. (JESUS, 1995, p.419).

Segundo Jesus (1995, p. 420) a imputabilidade é a regra; a inimputabilidade, a exceção. Todo indivíduo é imputável, salvo quando ocorre uma causa de exclusão. As causas de exclusão da imputabilidade são as seguintes: *a)* doença mental; *b)* desenvolvimento mental incompleto; *c)* desenvolvimento mental retardado; *d)* embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior. Excluem, por consequência, a culpabilidade.

As três primeiras causas se encontram no CP (BRASIL,1940), mais precisamente no art. 26, e a quarta, no art. 28, § 1º. O art. 27 afirma que os menores de 18 anos de idade são "penalmente imputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial" (Estatuto da Criança e do Adolescente e leis complementares).

A menoridade penal também constitui causa de exclusão da imputabilidade, encontrando-se abrangida pela expressão "desenvolvimento mental incompleto" (art. 26, caput). É insuficiente que o agente seja portador de doença mental, desenvolvimento mental incompleto (exceto o caso da menoridade) ou retardado, ou que pratique o fato em estado de embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior.

É necessário que em decorrência dessas deficiências não tenha a capacidade de entender e de querer. A presença da causa (doença mental, p. ex.) e do efeito (incapacidade de entender e de querer) é que faz surgir à imputabilidade.

A imputabilidade deve existir ao tempo da prática do fato (ação ou omissão), de modo que não cabe uma imputabilidade subsequente. Se o agente, p. ex., praticou o fato ao tempo em que não tinha capacidade de compreensão e de determinação por causa de uma doença mental, não será considerado imputável se após a ocorrência readquirir a normalidade psíquica.

É possível também o caso de a doença mental sobrevir à prática da conduta punível. Neste caso, o agente não será considerado imputável, suspendendo-se a ação penal até que se restabeleça. CPP, art. 152: "Se se verificar que a doença mental sobreveio à infração o processo continuará suspenso até que o acusado se restabeleça". (BRASIL, 1941) Pode ocorrer o caso de o agente colocar-se propositadamente em situação de imputabilidade para a realização da conduta punível.

## 2.2 Formas de imputação

O Código Penal (1940) classificou em duas proposições as formas de imputabilidade existentes no Brasil, sendo elas, imputabilidade por doença ou desenvolvimento mental e imputabilidade por imaturidade natural.

A imputabilidade por doença ou desenvolvimento mental é determinada pelo artigo 26, que dispõe no seu caput:

Art. 26 - É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. Conforme leciona Capez a doença mental, assim aludida pela legislação penal, deve ser compreendida como perturbação mental ou psíquica de qualquer espécie, capaz de aniquilar ou deixar com problemas a aptidão para assimilar o caráter delituoso do ato ou a de conduzir a vontade de conforme esse entendimento. (CAPEZ, 2011, p.282).

O código penal também aborda sobre uma forma de semi-imputabilidade, também conhecida como imputabilidade reduzida ou diminuída, essa forma encontra-se em indivíduos que então entre a normalidade e a doença mental. Tal classificação engloba a pessoa que não possui a completa consciência, quem está transitoriamente sem sua capacidade intelectual ou não consegue determinar sua pretensão e maneiras de agir.

A imputabilidade diminuída não significa inimputabilidade penal, pois o agente que está sob essa condição e pratica um ilícito tem apenas uma redução da pena, não necessitando a aplicação de medida de segurança como no caso da imputabilidade por doença ou desenvolvimento mental.

O dispositivo legal que trata da semi-imputabilidade é o parágrafo único do artigo 26 do Código Penal (1940), o qual delineia:

Art. 26, parágrafo único: A pena pode ser reduzida de 1 (um) a 2/3 (dois terços), se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou determinar-se de acordo com esse entendimento.

Já a imputabilidade por imaturidade natural encontra-se no texto do art. 27 do referido código, que expõe: “Os menores de 18 (dezoito) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.” (BRASIL, 1940)

Rogério Greco, discorre sobre a imputabilidade por imaturidade penal:(GRECO, 2015, p. 451)

A inimputabilidade por imaturidade natural ocorre em virtude de uma presunção legal, em que, por questões de política criminal, entendeu o legislador brasileiro que os menores de 18 anos não gozam de plena capacidade de entendimento que lhes permita imputar a prática de um fato típico e ilícito. Adotou-se, portanto, o critério puramente biológico.

Além dessa conceituação, existem alguns doutrinadores que classificam os menores de dezoito anos sujeitos com desenvolvimento mental incompleto, devido estarem em processo de crescimento e formação. Contudo, interessa saber que a imputabilidade que leva em consideração a faixa etária do indivíduo é classificada por imaturidade natural, esta assevera que todos que tenham menos de dezoito anos são inimputáveis, independente da capacidade intelectual que apresenta.

### 2.3 Critérios para aferição de imputabilidade

A doutrina apresenta alguns critérios para determinação da imputabilidade penal, são diferentes sistemas permitem uma avaliação de estados e comportamentos e através deles identifica-se o critério que é adotado pela legislação. Portanto, há três teorias para classificação dos critérios que baseiam a imputabilidade, esses são: biológico, psicológico e biopsicológico.

O critério biológico leva em consideração apenas o desenvolvimento intelectual do indivíduo, se ele é portador de doença mental, desenvolvimento mental retardado ou incompleto ou também em estado de total embriaguez accidental. Mesmo assim, para que seja declarada a inimputabilidade há necessidade de comprovar se o indivíduo já poderia ser considerado inimputável no momento da ação ou omissão dos fatos. (GRECO, 2015, p. 450)

De acordo com Capez, há uma exceção ao critério biológico no que diz respeito a imputação quanto à idade:

Foi adotado, como exceção, no caso dos menores de 18 anos, nos quais o desenvolvimento incompleto presume a incapacidade de entendimento e vontade (CP, art. 27). Pode até ser que o menor entenda perfeitamente o caráter criminoso do homicídio, roubo ou estupro, por exemplo, que pratica, mas a lei presume, ante a menoridade, que ele não sabe o que faz, adotando claramente o sistema biológico nessa hipótese. (CAPEZ, 2011, 335).

Há também o posicionamento do doutrinador Guilherme de Souza Nucci, que trata do critério adotado para caracterização da imputabilidade penal etária de forma semelhante, descrevendo:

Trata-se da adoção, nesse contexto, do critério puramente biológico, isto é, a lei penal criou uma presunção absoluta de que o menor de 18 anos, em face do desenvolvimento mental incompleto, não tem condições de compreender o caráter ilícito do que faz ou capacidade de determinar-se de acordo com esse entendimento. (NUCCI, 2011, p. 307).

O critério psicológico analisará a inimputabilidade no momento da ação delituosa, portanto é importante constatar a consciência no tempo da prática, se efetivamente não estava em condição intelectual normal e também pela forma de se conduzir diante da situação, ou seja, sendo capaz de escolher a maneira que poderá agir.

Assim, o critério psicológico está baseado na compreensão dos fatos pelo indivíduo, ou seja, basta a comprovação de que no tempo do acontecimento dos fatos o agente não entendia ou almejava sua ação, a atribuição da imputabilidade sobre uma visão que considera especificamente a capacidade psicológica do agente (DOTTI, 2005, p. 412)

Este critério ainda manifesta-se com certa insuficiência, pois não possibilita conferir a inimputabilidade, por causa da grande subjetividade, até mesmo para profissionais especialistas no assunto, como psicólogos e psiquiatras, é extremamente difícil a comprovação certa da falta de consciência e vontade no tempo da ocorrência do episódio criminoso.

Já o critério biopsicológico, ou misto, é uma junção dos critérios biológicos e psicológicos, esse sistema leva em consideração tanto a condição biológica do indivíduo, como também a condição psicológica através da sua capacidade de compreensão do fato ilícito. O indivíduo para ser inimputável deverá no tempo da ação ou omissão do ato ilícito, apresentar alguma doença mental, alguma falha ou incompleto desenvolvimento mental, bem como não compreender ou diferenciar a ilicitude do ato. (DOTTI, 2005, p. 412)

No mesmo sentido, Rogério Sanches Cunha (2015) explica o critério biopsicológico da seguinte maneira:

Sob a perspectiva biopsicológica, considera-se inimputável aquele que, em razão de sua condição mental (por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado), era, ao tempo da conduta, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. (CUNHA, 2015, p. 278)

Observando os critérios para aferição da imputabilidade, é possível verificar tomando por base os artigos 26 *caput* e 27 do Código Penal (1940) que o direito brasileiro utiliza o critério misto. Assim também constatou Bitencourt pois coloca que foi adotado pelo Brasil o critério biopsicológico, o qual estabelece uma idade mínima

como critério para verificar se o agente possui capacidade de entender e determinar a conduta que foi praticada (BITENCOURT, 2012).

#### 1.4 Inimputabilidade versus impunidade

Uma diferenciação que é necessária fazer é que inimputabilidade não é a mesma coisa que impunidade. Inimputabilidade é inexistência da imputabilidade, como já foi apresentado, imputabilidade pode ser a responsabilização penal de um ato ilícito cometido por um indivíduo em decorrência das condições mentais e capacidade intelectual. Já a impunidade, pode ser conceituada pela falta de punição.(AFONSO, 2008)

O fato da não imputabilidade criminal não refere que os sujeitos que são considerados inimputáveis ficarão impunes ou não serão reconhecidas as punições pelo ato que praticaram, pelo contrário, eles a eles serão aplicadas as normas específicas conforme o estado que se encontram na prática delitiva.

As normas penais de direito brasileiro preveem que a pessoa que pratica ato criminoso é punida por meio da aplicação de uma pena, podendo ser ou não privativa de liberdade. E as pessoas que são consideradas inimputáveis estarão sujeitas a outras formas de punição, tendo ainda os cumprimentos das medidas de maneira peculiar, conforme as características que possuem.

Aos sujeitos inimputáveis por possuírem alguma doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, a estes serão aplicadas medidas de segurança. As medidas de segurança terão caráter de tratamento e poderão ser de internação hospitalar para receberem cuidado específico, ou consultas ambulatoriais. Tais medidas visam amparar o indivíduo tratando-o de acordo com a especificidade de sua doença, ao mesmo tempo visa resguardar a sociedade do crime que o indivíduo possa vir a cometer.

Quanto aos menores de dezoito anos, a própria legislação diz que eles estarão sujeitos a aplicação das normas regulamentadas em lei especial. Nesse caso estas normas estão disciplinadas na lei 8069 do ano de 1990 conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente e são divididas entre medidas protetivas e medidas socioeducativas.

O autor João Batista Costa Saraiva, manifesta-se de forma contrária ao juízo de impunidade dos menores, principalmente a utilização da expressão “com menor não dá nada”, apresentando o seguinte posicionamento:

A ideia da impunidade, ventre nefasto do extermínio de crianças pelo qual o Brasil é tristemente famoso, decorre de uma apreensão equivocada da Lei, fundamentalmente da ignorância edesconhecimento de que o Estatuto da Criança e do Adolescente se constitui em instrumento de responsabilidade do Estado, da Sociedade, da Família, fundamentalmente, mas também do próprio adolescente, que retirado de uma condição de mero objeto do processo, assume definitivamente a condição de sujeito. (SARAIVA, 2012, p. 29).

Destarte, fica evidenciado que mesmo sendo inimputáveis, os menores de dezoito anos são sim punidos, todavia, a responsabilização do menor ocorre com base nos preceitos assegurados pela doutrina da proteção integral, adotando formas específicas de punição, respeitando a dignidade da pessoa humana e a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

### **3. DA DOUTRINA DE PROTEÇÃO INTEGRAL**

A Doutrina da Proteção Integral foi um marco em relação dos direitos e garantias das Crianças e Adolescentes no Brasil. Neste capítulo, apresentamos um pouco sobre o histórico, abrangência e características dessa doutrina, para assim, realizar a análise da redução da maioridade penal a partir dos preceitos da referida doutrina.

#### **3.1. Percurso dos direitos da criança e adolescente no Brasil**

O início da efetivação dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes se deu através da promulgação da Constituição Federal de 1988, o texto constitucional inseriu diversos princípios e garantias que norteiam todo ordenamento jurídico. Um dos principais princípios basilares referente a criança e adolescente é o da Doutrina da Proteção integral, o qual os reconhecem como sujeito de direitos, com caráter peculiar de pessoas em desenvolvimento, frente à responsabilidade compartilhada do Estado, família e sociedade na proteção de seus direitos.

Os preceitos contidos na doutrina da proteção integral visam uma atenção especial a criança e ao adolescente, estabelecendo um ordenamento jurídico que viabilize a busca e garantia de direitos tendo em vista a condição de pessoa em desenvolvimento. Nesse sentido Bulos, (2014 p.1627) afirma, a “Doutrina da Proteção Integral: preconiza a tutela jurídica de todas as necessidades do ser humano, de modo a propiciar-lhe o pleno desenvolvimento da personalidade.”.

A Doutrina da Proteção Integral começou uma inovação no que diz respeito a direitos e proteções, possibilitando também o surgimento de novos princípios norteadores do direito. Entre eles, é importante destacar a o princípio da prioridade absoluta, este princípio garante que exista uma atenção especial àqueles que possuem idade inferior a dezoito anos, fazendo com que as questões relacionadas a esses indivíduos sejam priorizadas, em todos os âmbitos.

Assim resguardando a aplicabilidade de seus direitos fundamentais através da utilização dos instrumentos jurídicos e políticos previstos no sistema de garantia de direitos detalhado no Estatuto da Criança e do Adolescente.

O Direito da Criança e do Adolescente é um novo ramo jurídico derivado do desenvolvimento da teoria dos Direitos Humanos. Dessa forma, anteriormente a



Constituição Federal e ao Estatuto da Criança e do Adolescente não existia o reconhecimento essencial dos direitos humanos de crianças e adolescentes, pois vigorava um Direito do Menor, representado pela vigência do Código de Menores, que teve duas versões e retrataram o tratamento jurídico das respectivas épocas que vigoraram.

Os Direitos da Criança e do Adolescente estão vinculados à transformação e evolução dos Direitos Humanos, pois, somente com o reconhecimento do princípio da dignidade do ser humano como elemento principal desse novo ramo das ciências jurídicas começam a se formar operando uma nova visão. (CRISTO & RANGEL, 2004 p. 1).

É possível identificar três doutrinas, no marco histórico referente à criança e adolescente no Brasil, sendo elas, a Doutrina do Direito Penal, Doutrina da Situação Irregular e por fim, Doutrina da Proteção Integral. (SARAIVA, 2002)

O Direito da Criança e do Adolescente foi precedido pelo Direito do Menor, baseado na Doutrina da Situação Irregular, que concebia as pessoas abaixo de 21 anos como “menores” objetos do controle social estatal, que visava manter a ordem capitalista por meio da segregação. Era, portanto, forma de manutenção autoritária da passividade através das práticas repressivas e punitivas do regime ditatorial. (SARAIVA, 2002)

O primeiro marco histórico a ser elencado é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, criada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Esse documento internacional retoma os ideais da Revolução Francesa frente ao cenário delineado pelas atrocidades da Segunda Guerra Mundial. Contudo, os primeiros indícios da Doutrina da Proteção Integral num texto internacional estão dispostos na Declaração de Genebra de 1924, aprovada pela Liga das Nações (precedente da ONU), que reconheceu os direitos da criança, somente não reconhecido como marco fundador dessa doutrina por diferenciar o tratamento de órfãos e abandonados. (CUSTÓDIO, 2006, p. 125-126).

A Declaração dos Direitos da Criança de 1959, na qual estabeleceu princípios como o da prioridade absoluta e o status de sujeitos de direitos, trazendo a Doutrina da Proteção Integral das Nações Unidas para a infância, que mais tarde se tornaria fundamento obrigatório de análise nesse campo. Depois de diversas manifestações internacionais referentes aos direitos da criança, no ano de 1989 é aprovada na ONU a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, a partir daí, criou-se uma

ferramenta jurídica internacional objetivando a defesa e proteção dos Direitos da Criança, além disso, após ser adotada pelos países passam a ser cobradas juridicamente. (CRISTO & RANGEL, 2004)

Em 05 de outubro de 1988, o Brasil, promulga o marco nacional da mudança de visão de direitos em relação à infância. Conforme afirma NUNES: (2002, p.30)

A mobilização social a que refere, está inserida numa espécie de “espírito de época”, que pairava sobre a redemocratização, abertura política, e reordenamento normativo fundamental (Constituição), em que buscava-se um novo contrato social, e na “disputa” do conteúdo desse contrato, ONG e Movimentos de defesa de crianças e adolescentes, setores governamentais “sensibilizados”, posteriormente com apoio da opinião pública, popular e político, incorporaram a necessidade de alterar o paradigma afeto à infância, adequando-o aos princípios, que já estavam minimamente estabelecidos na Convenção sobre Direitos da Criança, da proteção integral.

Os princípios que envolvem os direitos da criança e do adolescente foram inseridos no texto da Constituição de 1988 e efetivados por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. A sociedade foi essencial para o fortalecimento de Fóruns discussões sobre o assunto, além da mobilização para várias manifestações das organizações não-governamentais, como por exemplo o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua a UNICEF, Pastoral do Menor e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que articularam debates sobre o referido assunto. (MARCÍLIO, 1998, p. 6)

O Estatuto da Criança e do Adolescente ao reconhecer e disciplinar os direitos fundamentais da criança e do adolescente revogou o Código de Menores de 1979 e, também, implantou o sistema de garantias de direitos, com o objetivo de operacionalizar a efetivação desses direitos. Encontra-se um novo patamar de reconhecimento e direitos. (MARCÍLIO, 1998, p. 14).

O Código de Menores de 1927, Decreto nº 17934-A, foi a primeira legislação sobre crianças e adolescentes especificamente, na verdade, foi realizada a junção de toda legislação, que abordavam sobre crianças, desde o início, com proclamação da república no Brasil em 1889, o Código de Menores de 1979, Lei 6.697/79, foi inspirado pelo regime militar, por isso, possuía características repressoras e excludentes, ainda mantiveram-se preceitos do código anterior, mesmo já tendo sido criado em meio a vigência da Declaração dos Direitos da Criança em 1959. (CUSTÓDIO, 2006).

### Artigos que apontam o público a ser atingido por suas disposições:

Art. 1º. O menor, de um ou outro sexo, abandonado, ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas neste código.

Art. 1º. Este Código dispõe sobre assistência, proteção e vigilância a menores: I – até os dezoito anos de idade que se encontrem em situação irregular; II – entre dezoito e vinte e um anos, nos casos expresso em lei. § único: As medidas de caráter preventivo aplicam-se a todo menor de dezoito anos, independentemente da situação. (BRASIL, 1979).

Tanto o Código de 1927 quanto o Código de 1979 traduziram a ideia de controle social da infância difundidos pelo Direito do Menor. A aplicação restringia apenas as crianças em situação irregular, ou seja, referiam-se a parcela da população abaixo de 18 anos que não estavam adequados às estruturas sociais da época. As leis eram aplicadas aos abandonados, expostos, transviados, delinquentes, infratores, vadios, libertinos. (CUSTÓDIO, 2006, p. 75).

Assim, crianças pobres e marginalizadas, quando não trabalhavam precocemente, era alvo do sistema repressor estatal. Assim a base teórica que sustentava e embasava essas práticas foi denominada de Doutrina da Situação Irregular.

As crianças a partir dos sete anos eram responsabilizadas com a imposição do trabalho ou institucionalizadas, práticas definidas pelas ideias de caridade e filantropia que escondia outras formas de exploração. Era latente o fortalecimento da cultura do trabalho como meio de regeneração e também da perpetuação das desigualdades sociais e da discriminação através da exploração lucrativa. Conforme afirma FROTA (2005, p. 1-2):

No período de vigência da doutrina da situação irregular, as leis e instituições são orientadas predominantemente pela lógica da integração sistêmica, ou seja, o Estado prevalece como poder jurídico e administrativo que racionaliza e controla o processo de socialização, especialmente da criança pobre considerada menor, e exerce um controle social pleno sobre este segmento, excluindo a família como ator partícipe do processo. FROTA (2005).

A grande marca da doutrina *menorista* está na criação da Política do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) em 1964 trazendo a ideologia da segurança nacional da ditadura militar de Castelo Branco, criando as Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEMs) por todo país. FROTA (2005).

Em 1979 acontece a edição do segundo Código de Menores a Doutrina da Situação Irregular. A atuação das unidades integrantes da Política do Bem-Estar do Menor ocasionou profundas marcas na sociedade fortalecendo a consciência repressiva no meio social. De forma que, no senso comum, o tratamento atualmente dispensado a crianças e adolescentes é equivalente às práticas da FEBEM. FROTA (2005).

Para os efeitos deste Código, considera-se em situação irregular o menor:

I- Privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de: a, falta, ação ou omissão dos pais ou responsável; b, manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las; Vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável; III- Em perigo moral devido à: a, encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes; b, exploração de atividades contrária aos bons costumes; Privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável; Com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária; Autor de infração penal. (BRASIL, 1979)

Cabia ao juiz a declaração da situação irregular que a criança ou o adolescente se encontrava, aplicando a medida da forma que achasse melhor, normais das vezes, isto é, 80% dos casos, segundo Saraiva (2002), aplicava a internação no sistema FEBEM.

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e do ECA, bem como, com a implantação das novas políticas públicas derivadas da Doutrina da Proteção Integral, esse modelo assistencialista-repressivo já está absolutamente superado. O que se pode observar é a resistência do pensamento autoritário e das políticas de repressão no ambiente democrático brasileiro. FROTA (2005).

A doutrina fundadora do Direito da Criança e do Adolescente traz uma nova concepção de infância, excluindo a utilização do termo “menor”, devido a sua carga histórica estigmatizada. Assim, a criança e o adolescente têm reconhecidos direitos fundamentais e a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento requerendo atenção especial a efetivação destes.

Sobre a maneira do uso do vocábulo menor, a o posicionamento do doutrinador André Ramos Tavares:

Não se discute mais sobre a existência de um Direito que se preocupa propriamente com a proteção das pessoas consideradas em desenvolvimento, que não alcançaram, ainda, a fase adulta. “Menores” é

termo que se pode empregar para indicar esse conjunto de pessoas, sem qualquer conotação pejorativa ou negativa. (TAVARES, 2012, p. 596)

Não mais restritos ao Estado, pois se instala a tríplice responsabilidade compartilhada entre sociedade, Estado e família. Ademais, seu status elevasse de objeto de intervenção estatal para sujeito de direitos.

Destaca o art. 227 da Carta Magna de 1988:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988).

Diante da quebra de paradigma da Doutrina da Proteção Integral, a análise do sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente toma um significado complexo. Pois não visa somente o estudo de sua estruturação pormenorizada, mas também a avaliação do sistema concretizador da norma determinando sua eficácia. FROTA (2005).

### 3.2 O Estatuto da Criança e do Adolescente

A Lei 8069 criada em 13 de julho do ano de 1990, cria o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) assim como oferece outras providências, esta vem substituir o código vigente em relação aos menores, a Lei 6697 de outubro de 1979, conhecida como Código de Menores. O texto legal do ECA traz e efetiva a doutrina da proteção integral, e surge como um marco dos direitos de crianças e adolescente, mostrando mudanças expressivas em relação as legislações anteriores.

Diante do exposto, Murillo José Digiácomo e Ildeara de Amorim Digiácomo(2013 p. 03) comentaram o artigo 1º do Estatuto, elucidando o percurso dos direitos da criança e do adolescente da seguinte maneira:

O enunciado deste dispositivo é um reflexo direto da “Doutrina da Proteção Integral à Criança e ao Adolescente”, adotada pela Constituição Federal de 1988 (arts. 227 e 228) e pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 20/11/1989, por intermédio da “Convenção das Nações Unidas Sobre Direitos da Criança” (Resolução XLIV). No Brasil este texto foi aprovado pelo Dec. Legislativo nº 28/1990, de 14/07/1990 e promulgado pelo Decreto nº 99.710/1990, de 21/11/1990 (passando assim, por força do disposto no art. 5º, §2º, da CF, a ter plena vigência no País). O Estatuto da Criança e do

Adolescente, portanto, vem em resposta à nova orientação constitucional e à normativa internacional relativa à matéria, deixando claro, desde logo, seu objetivo fundamental: a proteção integral de crianças e adolescentes.

Portanto, é certo afirmar que o ECA é considerada uma legislação especial, fundamentada através dos artigos 227 e 228 da Constituição Federal de 1988 e fixado para atender os indivíduos com idade inferior a dezoito anos. Ademais, o referido estatuto veio para concretizar no Brasil, os tratados e convenções que lidam com direitos das Crianças e adolescentes.

Com a concepção do Estatuto, consequentemente com o advento da Doutrina da Proteção integral, também conhecida como Doutrina das Nações Unidas Para a Proteção dos Direitos da Infância, o Brasil iniciou uma nova fase, deixando de lado a tradição do “menor”, que era característica principal Código de Menores de 1927 e Código de Menores de 1979, abolindo Doutrina da Situação Irregular e Política Nacional do Bem-Estar do Menor. (CRISTO & RANGEL, 2004)

O Estatuto da Criança e do Adolescente esboçou o quadro organizacional da Doutrina da Proteção Integral, um novo sistema voltado à execução de uma nova Política de Atendimento com a criação de três órgãos específicos, os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, Conselhos Tutelares e Fundos da Infância e da Adolescência, e delegando poderes a outros já existentes.

Os Conselhos abarcam três níveis; Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) articulado com o Departamento da Criança e do Adolescente (DCA) criado dentro da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. Os Conselhos Estaduais de Direito da Criança e do Adolescente. E os Conselhos Municipais de Direito da Criança e do Adolescente. Atrelados a estes conselhos estão os Fundos da Infância e da Adolescência que se destinam ao financiamento das políticas públicas a serem aplicadas. Os Conselhos Tutelares são criados em cada município com a finalidade de zelar pelos direitos com poderes para aplicação de medidas de proteção e requisição de serviços públicos para o atendimento de crianças e adolescentes que tiveram direitos violados. Os Fóruns de Direito da Criança e do Adolescente (Fóruns DCA) representam espaços de discussão para integrantes da sociedade civil para apontar problemas e soluções a fim de tornar mais eficiente o sistema. A rede de interligações do sistema se completa com os órgãos da Segurança (Polícia Civil Judiciária, Rodoviária e outras) e da Justiça composto pela Vara e Promotoria da Infância e da Juventude, que podem ser

criadas nas comarcas onde a demanda seja expressiva; Defensoria Pública e o Núcleo Especializado da Infância e Juventude da Defensoria; Ministério Público e o Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, interagindo com suas novas funções de defesa dos direitos individuais homogêneos, difusos e coletivos da criança e do adolescente; também delegacias especializadas e Centros de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDECA). (CRISTO & RANGEL, 2004)

Para a atuação conjunta e ordenada desses órgãos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos, criado para a materialização dos princípios da prioridade absoluta e da proteção integral dos direitos da criança e do adolescente, o Estatuto define três linhas estratégicas: de promoção, de garantia e de controle. A promoção compreende a produção de uma cultura de emancipação humana que se realiza pela aplicação da Política de Atendimento prevista no art. 86 a 90 do Estatuto para a efetivação dos direitos fundamentais da criança e do adolescente enquanto integrantes do âmbito dos direitos humanos. Assim prevê medidas de proteção aplicadas àquelas vítimas de exploração e violência ou de quaisquer direitos ameaçados e violados e também destina medidas socioeducativas para os casos de ato infracional. Ademais, a linha promocional do sistema de garantias também inclui a execução de programas direcionados às famílias, à comunidade e aos operadores do sistema de garantias de direitos.

Numa segunda linha a garantia refere-se exclusivamente ao acesso à justiça das crianças e adolescentes. Isto é, os meios disponíveis para exigir os direitos positivados e também responsabilizar aqueles que infringiram as normas, tendo-se como meio a utilização de espaços públicos institucionais e mecanismos jurídicos de proteção. Para que medida de tal abrangência seja possível, prevê a atuação em rede de diversos órgãos, com ênfase especial ao Conselho Tutelar, a Defensoria Pública, aos órgãos de Segurança, além da Varas da Infância e da Juventude quando existentes.

O controle, como última linha, dispõe sobre os espaços públicos e mecanismos de monitoramento desdobrado em duas frentes: controle social difuso exercido pela sociedade civil nos fóruns e comitês; e o controle institucional representado pelos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente estabelecidos a nível nacional, estaduais e municipais, com a responsabilidade de diagnosticar, planejar, deliberar e avaliar as políticas públicas para a infância.

A implementação do Sistema de Garantias previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente está ocorrendo desde sua aprovação em 1990. Conforme entendimento de CRISTO & RANGEL (2004, p. 3), a ordem de protetividade integral destinada ao público infanto-adolescente é:

(...) conquista recente, que, no Brasil, apesar de integralmente absorvida pela lei, enfrenta severas dificuldades de materialização, em virtude de inúmeras questões das mais variadas ordens, dentre as quais a dificuldade de compreensão da real profundidade e significado da ruptura estrutural, filosófica e jurídica produzida pelos novos paradigmas, princípios e valores legais, nas concepções até então vigentes.

Dessa forma, Avalizando a eficácia desse aparelho operacional em meados de 2006, com 16 anos da vigência do referido diploma legal, podem ser vistos grandes desafios, entretanto não se pode ignorar os grandes avanços conquistados

### 3.3 Diferenciação legal de criança e adolescente

O ECA é a lei especial, da qual trata o art. 228 da Constituição, a qual deve ser aplicada nos casos de menores que cometem atos infracionais, ao mesmo tempo, também é uma garantia que os menores serão responsabilizados pelos seus atos e de maneira adequada a situação que se encontram.

A diferenciação entre criança e adolescente trazida pelo ECA é essencial para o entendimento sobre as medidas que são aplicadas aos menores que estão em conflito com a lei. O artigo 2º do estatuto da criança e do adolescente, é o dispositivo legal que apresenta a distinção.

O Art. 2º do ECA considera-se criança, para os efeitos da Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. É de suma importância tal diferenciação pois, as medidas de proteção e/ou de ressocialização deverão ser aplicadas conforme a lei, nesse caso, serão aplicados somente medidas de proteção para crianças de até 12 anos e ao adolescente de 12 a 18 anos poderão ser aplicadas medidas de proteção e medidas socioeducativas. (BRASIL, 1990)

Nesse sentido, temos o posicionamento de Nathalia Masson:

Nos termos do art. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), define-se criança como sendo a pessoa até doze anos de idade incompletos



e adolescente aquela com idade entre doze e dezoito anos de idade. Ambos são merecedores de proteção constitucional especial. (MASSON, 2015, p.1276),

Isto exposto, é evidente que a diferenciação legal da criança e do adolescente objetiva a proteção e a aplicação correta das sanções de acordo e respeitando as características de pessoa em desenvolvimento.

### 3.3.1 A inserção do jovem no texto Constitucional

Salienta-se ainda a existência de uma terceira classificação fixada no texto da Constituição Federal através da Emenda Constitucional nº 65 de 13 de julho de 2010 (EC 65/2010). Essa emenda alterou a designação do Capítulo VII do Título VIII da CF 88 para zelar pelos interesses da juventude, também inserindo o jovem na disposição do art. 227.

Até o ano de 2010 não havia a expressão “jovem”, a EC 65/2010 foi introduzida com passe no Projeto de Emenda à Constituição nº 138 de 20003 (PEC138/2003). A comissão especial que estabeleceu o parecer da PEC138/2003 que tratava da proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude verificou que no ano de 2009, a juventude brasileira, cidadãos com faixa etária entre 15 a 29 anos, representavam 50 milhões da população desses, 34 milhões tinham idade entre 15 e 24 anos e possuíam a particularidade de estarem entrando no mercado de trabalho, ressaltando que através dessa condição, essa parte da sociedade necessita de apoio e incentivo. (PADILHA, 2014, p. 630)

A abrangência dos jovens no texto Constitucional, os coloca também como indivíduos sujeitos à proteção integral, efetivando seus direitos e garantias. Nesse tocante, Alexandre de Moraes aponta alguns efeitos de conquistas que a juventude alcançou por meio da E.C 65/2010:

A Emenda Constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, determinou que a lei estabeleceria o estatuto da juventude, destinado a regular os direitos dos jovens; bem como o plano nacional de juventude, de duração decenal, visando à articulação das várias esferas do poder público para a execução de políticas públicas. (MORAES, 2014, p.880)

Ainda assim, os indivíduos de 15 a 18 anos além de se enquadrarem como jovens, são também considerados adolescentes de acordo com ECA. Portanto, nos

casos desses dos jovens que tem idade inferior à dezoito anos que praticarem condutas ilícitas, a eles serão aplicadas a eles as medidas socioeducativas descritas nesse estatuto.

### 3.4 Medidas estabelecidas pelo ECA para punição do ato infracional

São considerados atos infracionais aqueles comportamentos expostos como crime ou contravenção penal, essa é uma definição dada pelo ECA através do artigo 103. O jovem que comete algum ato infracional, significa que este teve uma conduta ilícita, a qual produz efeitos negativos na sociedade. (SARAIVA, 2012)

Como já exposto, o Estatuto da Criança e do Adolescente, efetivou a doutrina de proteção integral à criança e ao adolescente, e adotou três sistemas de garantias. O sistema primário, que refere-se as garantias exibindo as Políticas Públicas tanto de assistência como de atendimento, e estão localizadas no ECA nos arts. 4º, 85 e 87. O sistema secundário, que trata sobre as medidas de proteção, quando crianças e adolescentes estão em situação de risco, encontram-se nos arts. 98 e 101 do estatuto. E o terceiro e último sistema, chamado de Sistema da Justiça refere-se as medidas socioeducativas para os menores em conflito com a lei, e são apresentadas pelo art. 112. (SARAIVA, 2012)

As medidas que estão estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente possuem o dever de educar, ensinar, proteger e garantir os direitos e deveres do menor, proporcionando a devida ressocialização. E serão aplicadas ao menor que cometeu alguma espécie ato infracional

O processo de adoção de medidas ocorre quando criança ou o adolescente ao sair do sistema primário de prevenção, passa a para sujeição das normas do sistema secundário. E no caso do adolescente encontrar-se em conflito com a lei, estará subordinado as regras contidas no terceiro sistema de prevenção, que deverá ser submetido as medidas socioeducativas. (BEZERRA, E. B.; GONZAGA, M. J. A.; OLIVEIRA, F., 2012, p.3 e 4)

#### 3.4.1 Medidas Protetivas

Os menores de dezoito anos são inimputáveis podendo somente o ECA aplicar medidas ao ato infracional, o próprio texto legal determina a competência

para as providências para execução das medidas de acordo com a determinação judiciária. Nesse contexto, em relação as crianças de até doze anos as providências quanto as medidas protetivas serão de autoridade do Conselho Tutelar conforme disposto no inciso VI do art. 136.

As medidas protetivas serão aplicadas tanto para crianças quanto para adolescentes, contudo, às crianças serão aplicadas exclusivamente medidas de proteção. As situações que ensejam a aplicação dessas medidas de proteção estão expressas no art. 98 do ECA, para menores que tem seus direitos e garantias ameaçados ou violados seja de forma comissiva ou omissiva pelo Estado ou pela sociedade, por motivos de abuso da família, pais ou responsáveis, ou pela sua conduta, pela prática de atos infracionais.

Criança que comete ato infracional, diferentemente do adolescente não estará sujeita à medida com privação de liberdade, pois ela não é capaz de compreender a ilicitude. Deste modo, a medida tem por objetivo básico protegê-la, com assistência da família e sociedade. Base no que já foi apresentado anteriormente, o órgão competente pela aplicação de medida protetiva é o Conselho Tutelar. Este órgão é autônomo e não possui natureza jurisdicional, é constituído por cinco membros da sociedade e tem como principal função cuidar para que os direitos infanto-juvenis sejam cumpridos. Caso não exista órgão na localidade, compete concorrentemente ao Juiz de Direito da Infância e Juventude (SOUZA JUNIOR, 2001)

As medidas protetivas podem ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, e o rol do art. 101 é exemplificativo, podendo a autoridade competente aplicar medida diversa desde que seja com intuito de proteger o menor.

No caso de atos infracionais cometidos por menores de 12 anos serão aplicadas as medidas protetivas previstas no art. 101 do estatuto que dispõe:

Art. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas: I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; II - orientação, apoio e acompanhamento temporários; III - matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; IV - inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente; V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; VII - acolhimento institucional; VIII - inclusão em programa de acolhimento familiar; IX - colocação em família substituta.

Conforme o disposto no texto supramencionado, percebe-se que as medidas protetivas, como o próprio nome sugere, tem finalidade de cuidar dos menores verificando suas peculiaridades e propiciando a sociedade exercer papel importante no acompanhamento e tutela, além das atribuições do Estado.

### 3.4.2 Medidas Socioeducativas

Os indivíduos com idade inferior a 18 anos, não comete crime, mas sim ato infracional; como já mencionado a eles não aplicam-se penas, no lugar delas, são aplicadas medidas protetivas e socioeducativas. Assim, no caso de adolescentes que possuem entre 12 a 18 anos poderão ser aplicadas as medidas protetivas bem como as medidas socioeducativas, as últimas estão descritas no art. 112 do ECA que diz:

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas: I - advertência; II - obrigação de reparar o dano; III - prestação de serviços à comunidade; IV - liberdade assistida; V - inserção em regime de semi-liberdade; VI - internação em estabelecimento educacional; VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI. § 1º A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.

§ 2º Em hipótese alguma e sob pretexto algum, será admitida a prestação de trabalho forçado.

§ 3º Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições. (BRASIL, 1990)

Medidas socioeducativas são as normas aplicadas aos adolescentes em conflito com a lei, respeitando suas peculiaridades, portanto, são diferentes das sanções impostas aos adultos.

A inimizabilidade penal que a Constituição de 1988 atribui aos menores, conhece a condição de pessoa em desenvolvimento dos menores, e as medidas que são impostas a eles, mesmo as que privam a liberdade devem respeitar as necessidades e características. (SHECAIRA, 2008)

A Magna Carta não diminuiu a responsabilidade penal do menor de dezoito anos, mas criou dispositivos com natureza penal diversa, possibilitando a lei especial, o ECA, versar e aplicar as sanções adequadas garantindo com que as condições especiais dos menores fossem levadas em consideração. É imperioso ressaltar que as medidas estipuladas pelo referido estatuto objetivam a

ressocialização, por isso, são analisadas aquelas com cunho pedagógico e que priorizem as ligações familiares e sociais.

Serão apresentadas de maneira detalhada as medidas socioeducativas aplicadas aos menores infratores de acordo com o ato infracional, podendo ser utilizadas as medidas socioeducativas de advertência, obrigação de reparação de dano, serviços à comunidade e liberdade assistida não privativas de liberdade. E as medidas de semiliberdade e internação como as privativas de liberdade.

#### 3.4.2.1 Advertência

Está disposta no art. 115 do Estatuto da Criança e do Adolescente, e é considerada branda, porém, não deixando de possuir caráter sancionatório. O mencionado artigo esclarece que “A advertência consistirá em admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada.” Com isso, implica em uma repreensão verbal, com intuito informativa, formativa e imediata acerca da prática da infração e suas consequências. (BRASIL,1990) eca

A competência da execução da advertência é do juiz da infância e da juventude, e poderá ser aplicada toda vez que houver indícios da autoria e provas concretas, tal medida possui caráter intimidatório, produzindo efeitos a partir da leitura do ato infracional na presença dos responsáveis legais, também tem caráter pedagógico, pois faz com que o menor se comprometa a não repetir o ato, tendo escopo a não reincidência. (SPOSATO, 2006)

Por ser uma medida leve, é comumente utilizada em atos infracionais de menor potencial ofensivo, como por exemplo, no caso de pequenos furtos. Vale destacar que a advertência é um método utilizado também como de controle social, podendo ser exercida dentro de qualquer relação de poder (escola ou família), e que a repreensão pode ser uma maneira de fazer com que o ato não seja novamente cometido (SHECAIRA, 2008)

#### 3.4.2.2 Obrigação de reparar o dano

Outra medida socioeducativa é a obrigação de reparar o dano,prevista no artigo 116 do ECA, e dispõe:

Art. 116. Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a

coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima.

Parágrafo único. Havendo manifesta impossibilidade, a medida poderá ser substituída por outra adequada. (BRASIL,1990)

A obrigação de reparar o dano será empregada aos atos infracionais que forem relacionados a agravos patrimoniais. Essa proposição permite ao juiz determinar a restituição da coisa pelo adolescente infrator, compensando a vítima do prejuízo. A medida porém, não será aplicada se não for possível a reparação, ou em outros casos, podendo ser substituída por coisa equivalente. (SHECAIRA, 2008)

Dessa forma, reparação do dano se dará pela devolução da coisa, ou substituição equivalente que compense o prejuízo da vítima. Tal medida possui caráter pedagógico e coercitivo, possibilitando o reconhecimento e a reparação do ato praticado. Com isso, a medida proporciona que o menor reflita sobre o erro, conheça as consequências geradas a partir da sua conduta e a noção de legalidade e respeito às leis. (SHECAIRA, 2008)

#### 3.4.2.3 Prestação de Serviços à Comunidade

A medida socioeducativa que versa sobre a prestação de serviços à comunidade, nada mais é que a realização gratuita de atividades em prol do bem comum, e está descrita no art. 117 do ECA da seguinte maneira:

Art. 117. A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais. Parágrafo único. As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho. (BRASIL,1990)

De acordo com o exposto no artigo supracitado, a medida de prestação de serviços à comunidade não pode ultrapassar o prazo de seis meses de cumprimento, e deverão ser realizados em locais assistenciais.

As atividades deverão ser aplicadas conforme as aptidões do adolescente, não podendo prejudicar as atividades cotidianas como as do trabalho ou escola, podendo o cumprimento ser aos finais de semana ou feriados, levando sempre em consideração a carga horária estipulada em lei que são oito horas semanais. (SHECAIRA, 2008)

Vale salientar que as atividades impostas não podem humilhar ou discriminar o adolescente, recomendando-se tratamento comum para que assim não possa ser identificado e assim, ser execrado pelo ato pelo qual foi submetida a medida. Se o menor infrator cumprir as atividades com êxito demonstrará o senso de responsabilidade e importância em trabalhar, além de proporcionar a impressão de respeito as normas, e confiança coletiva. (SHECAIRA, 2008)

A entidade que for favorecida através da medida, tem obrigação de fiscalizar o trabalho e a frequência, também de enviar os relatórios e documentos necessários a autoridade judiciária que executou a medida

Compreende-se a medida de prestação de serviços à comunidade tem como característica, o caráter educativo e o apelo comunitário, tanto para o jovem infrator, quanto para a sociedade que ele faz parte. A medida ainda, pode fazer com que o menor tenha percepção do trabalho, valores e compromissos sociais, encontrando outras formas de convivência, noções de princípios, valores e responsabilidade e participação da comunidade. (SPOSATO, 2006)

#### 3.4.2.4 Liberdade Assistida

A medida de liberdade assistida substituiu a medida de liberdade vigiada disciplinada no Código de Menores. A mudança permitiu atos para o acompanhamento, subsídio e orientação ao menor em conflito com a lei durante sua execução. Com base no artigo 118 e parágrafos do ECA: “A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.” (BRASIL,1990)

Os objetivos da liberdade assistida não excluem o caráter coercitivo, o acompanhamento da vida do adolescente nos âmbitos da escola, trabalho e familiar, tem por escopo prevenir a reincidência ensejando a reeducação. (SPOSATO, 2006)

O prazo da liberdade assistida deverá ser estipulado na sentença pelo juiz, que será de no mínimo seis meses, podendo, ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, a qualquer tempo, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor.

No cumprimento da medida, o adolescente deverá comprovar sua matrícula e estabilidade na escola, e também provar empenhos pela sua profissionalização. O artigo 119 do ECA apresenta os elementos característicos da medida:

Art. 119. Incumbe ao orientador, com o apoio e a supervisão da autoridade competente, a realização dos seguintes encargos, entre outros:  
 I - promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social;  
 II - supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula;  
 III - diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho; IV - apresentar relatório do caso.  
 (BRASIL, 1990)

O acompanhamento e supervisão da medida, que podem ser abrangidos também como a fiscalização, compete a um orientador, que poderá ser um profissional das áreas de assistência social, psicologia ou educação que faça parte do programa de liberdade assistida recomendado ao adolescente.

Salienta-se ainda a existência de dois tipos basilares de programas de liberdade assistida: os que são desenvolvimentos por instituições governamentais, das esferas municipais ou estaduais; e os que são efetivados por iniciativas particulares, organizações não-governamentais comunitários ou religiosos. Em quais quer das instituições, os orientadores devem atribuir uma avaliação ao adolescente no implemento da medida e transmissão de informações ao juiz para que este decida aprazar, substituir ou extinguir a medida.

Os programas de liberdade assistida demandam um conjunto de orientadores sociais, podendo ser pagos ou não, para fazer valer o que determina o artigo 119 do ECA. Podendo ser desenvolvida por grupos comunitários com orientadores voluntários, que sejam capazes de supervisionar e estejam agregados à uma organização de atendimento ao adolescente.

A medida de liberdade assistida é eficiente se for corretamente aplicada, por causa do alcance de envolvimento da comunidade e da inserção social habitual dos menores acompanhados, pois assim, passam a serem mais estimulados e apoiados. (SPOSATO, 2006).

#### 3.4.2.5 Semiliberdade

A medida de semiliberdade é classificada como medida intermediária entre a internação e o meio aberto. Ela pode ser distinguida pela privação parcial da liberdade do menor que praticou ato infracional grave. Dessa forma, a medida consiste no recolhimento do menor infrator em instituição especializada durante a



noite, ainda deve frequentar a escola ou realizar atividades profissionalizantes. (SHECAIRA, 2008)

De acordo com o exposto no art. 120 do ECA, não há um prazo determinado para a medida de semiliberdade, utilizando assim, as regras que o estatuto disciplina relativas à internação, admitindo como primeira opção de medida ou meio de passagem para meio aberto, representa uma alternativa para fixação da medida de internação. Assim disciplina o art. 120 do ECA:

Art. 120. O regime de semi-liberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial.  
§ 1º São obrigatórias a escolarização e a profissionalização, devendo, sempre que possível, ser utilizados os recursos existentes na comunidade.  
§ 2º A medida não comporta prazo determinado aplicando-se, no que couber, as disposições relativas à internação. (BRASIL,1990)

A semiliberdade se assemelha com as técnicas empregadas aos Institutos Penais Agrícolas e Casas dos Albergados, os quais designam ao cumprimento das penas privativas de liberdade em regime aberto, de acordo com o que disciplina o artigo 33 do Código Penal. (SPOSATO, 2006)

Em se tratando do cumprimento das medidas de semiliberdade, o Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) estabeleceu nos artigos 1º e 2º da Resolução n.º 47, que o regime de semiliberdade devem ser aplicadas através de tarefas e atividade educativas profissionalizantes e de lazer que preencham o tempo dos menores, durante o dia. Os menores seriam acompanhados de pessoas que compõe uma equipe de profissionais especializados, e no período noturno seriam conduzidos para família, para este estar inseridos e tendo a experiência de um convívio familiar e comunitário, sempre que possível. Além disso, durante o tempo de convívio familiar e comunitário também haverá o acompanhamento pela mesma equipe de profissionais. (SPOSATO, 2006)

Ao contrário das medidas em meio aberto e com o modo igual ao da internação, o regime de semiliberdade pode não ter prazo estipulado, porém prevê duração a máxima de até três anos conforme o art. 121, parágrafo 3º do ECA. E no interstício de seis meses, a autoridade judiciária competente, tendo como base o relatório da equipe multidisciplinar de profissionais, fará uma nova avaliação da convivência e manutenção da semiliberdade.

Ressalta-se que a importância do regime de semiliberdade é que aos poucos o menor vem sendo reinserido na sociedade. A semiliberdade é um experimento do menor em conflito com a lei em ser processo de ressocialização.

#### 3.4.2.6 Internação

A medida socioeducativa de internação é a mais severa das demais, e vista também como a mais grave, no tocante da liberdade dos jovens. Como dispõe o artigo 121 do ECA:

Art. 121. A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. § 1º Será permitida a realização de atividades externas, a critério da equipe técnica da entidade, salvo expressa determinação judicial em contrário. § 2º A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses.

§ 3º Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a três anos.

§ 4º Attingido o limite estabelecido no parágrafo anterior, o adolescente deverá ser liberado, colocado em regime de semiliberdade ou de liberdade assistida.

§ 5º A liberação será compulsória aos vinte e um anos de idade.

§ 6º Em qualquer hipótese a desinternação será precedida de autorização judicial, ouvido o Ministério Público.

§ 7º A determinação judicial mencionada no § 1º poderá ser revista a qualquer tempo pela autoridade judiciária. (BRASIL, 1990)

Diante do exposto, verifica-se que a medida de internação é consistida pela privação de liberdade em estabelecimento destinado a menores em conflito com a lei, aplicados aos casos mais extremos. Porém, na maioria dos casos esses estabelecimentos assemelham-se aos estabelecimentos prisionais para os adultos.

Conforme apresenta o ordenamento jurídico, a medida privativa de liberdade de internação se sujeita aos princípios da brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Também não poderá exceder o prazo limite de três anos, mas sua imposição não tem prazo específico, submetendo-se a avaliações regulares pelo setor técnico das unidades a cada seis meses.

Essa espécie de medida expõe o procedimento socioeducativo desempenhado durante o cumprimento. Observa-se a condição, desenvolvimento e peculiaridades de cada adolescente, sendo avaliados por pessoas capacitadas e pela autoridade judiciária, que determinará a manutenção ou não da referida medida. (SPOSATO, 2006)

O princípio da brevidade é trata do tempo da medida de internação. A deliberação no processo de execução da medida é feita através do reconhecimento de que cada adolescente possui desenvolvimento singular e característico. Se não forem reconhecidas as peculiaridades desse indivíduos, a medida será apenas um castigo, não atingindo o objetivo da mesma.

A avaliação que é realizada periodicamente ser torna essencial, pois através dela é possível verificar o desenvolvimento individualizado de cada adolescente durante a medida. A reavaliação foi fixada pelo legislador com intuito da análise dos efeitos da medida imposta, e é feita a cada seis meses, podendo a autoridade judiciária fixar prazos ou extinguir a medida. (SPOSATO, 2006)

O princípio da excepcionalidade aduz que a internação só deverá ser aplicada caso a inviabilidade de aplicação das outras medidas socioeducativas. Ou seja, se não houver outro meio eficaz que seja capaz de cumprir com o resultado esperado de uma medida.

Entende-se que a privação de liberdade não apresenta a melhor opção para construção de uma boa ação socializadora, pois a prisão é um instrumento extremamente agressivo, que pode gerar reações contrárias. A intensão da medida é reeducar, entretanto, com a convivência em um ambiente mal estruturado pode causar um adolescente com deficiências piores do que quando entrou na internação. (SHECAIRA, 2008)

A medida de internação poderá ser aplicada observando as hipóteses do artigo 122 do ECA. Primeiramente, a internação será admissível, quando o ato infracional for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa. A violência institui o emprego da força física, que vence a resistência real ou suposta da vítima, podendo gerar lesões ou até morte. Enquanto a ameaça, diz respeito à promessa de um mal sério, prestes a acontecer (iminente) e ser inevitável. Contudo, não são quaisquer crimes de violência ou ameaça que qualifica a internação, devem ser graves. (SHECAIRA, 2008)

A segunda razão possível para a aplicação da medida de internação, é a reiteração no cometimento de outras infrações graves. Ou seja, a reiteração de outras infrações graves que não estejam alcançadas pelas figuras do inciso precedente (violência ou grave ameaça à pessoa).

A terceira hipótese de internação é quando houver descumprimento da medida anteriormente imposta por reiteração e injustificável motivo, condicionando a

internação a um período não superior a três meses. A medida tem o objetivo de coagir o adolescente ao cumprimento da medida originalmente imposta, não alterar a medida que anteriormente não foi cumprida, devendo a ela voltar após o período de três meses. A ideia de reiteração foi entendida como sendo a de, no mínimo, três casos de descumprimento.

O ECA ainda determina no artigo 123 que a internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes em local distinto daquele destinado ao abrigo dos jovens não infratores, obedecida a rigorosa separação por critérios de idade, porte físico e gravidade da infração. Assim como direito de receber escolaridade e profissionalização, e de realizar atividades culturais, esportivas e de lazer.

Insta mencionar que oferecida a finalidade pedagógica da medida de internação, não poderá haver casos de incomunicabilidade do adolescente e proibição de visitas no cumprimento de medida socioeducativa. Desde que existem sérios e fundados motivos de a presença de pais ou responsáveis prejudique o desenvolvimento do adolescente.

### 3.4.3 Execução das medidas socioeducativas

A execução das medidas socioeducativas depende da medida imposta ao menor infrator, que será cumprida: em estabelecimento fechado, como as unidades de moradia da semiliberdade ou de internação; ou em programa governamental ou não-governamental, em regime aberto.

No entanto, há dois aspectos de maior relevância referente à execução das medidas, são elas: a progressividade e a fungibilidade. Primeiramente, a progressividade demonstra de forma concreta na indeterminação de prazos, que são indicados pelo ECA como máximos e mínimos legais. Exemplo disso, temos a medida de internação que não apresenta prazo determinado, porém não pode exceder de três anos a privação de liberdade. Já a medida de liberdade assistida somente pode ser fixada pelo prazo mínimo de seis meses. (SPOSATO, 2006)

Por conseguinte, a fungibilidade é a possibilidade de substituição da medida socioeducativa a qualquer tempo, com o objetivo de ajustar a resposta estatal ao

dinamismo que o processo socioeducativo possui, como também o desenvolvimento do adolescente no decorrer do cumprimento da medida. (SPOSATO, 2006)

O objetivo de ambos os aspectos é reforçar que cada medida tenha durações próprias em face da peculiaridade de cada adolescente no decorrer do processo socioeducativo imposto. A permanência, prorrogação e extinção da medida dependerá do desenvolvimento de cada menor e os efeitos que a medida estará surtindo.

A avaliação de cada adolescente no cumprimento da medida será realizada pelos orientados ou técnicos, que conduzem os relatórios de acompanhamento ao juiz da execução. A reavaliação, conforme define o ECA, será realizada no máximo a cada seis meses, mediante decisão fundamentada, realizada pelo juiz, que deve basear sua decisão pela manutenção, substituição ou extinção da medidas, conforme as informações repassadas pelos técnicos que acompanham o adolescente.

Todavia, cita Rossato, que o “Estatuto da Criança e do Adolescente não há dispositivos que regulamentem a execução das medidas socioeducativas, mas tão somente o art. 154”, no qual aplica subsidiariamente a legislação processual relacionada ao caso. Em razão disso, era muito comum o exercício de experiência prática e normas internas dos Tribunais de Justiça, por não haver uma lei específica que trata-se da execução das medidas. (ROSSATO, 2012)

Ocorre que a ausência de um ordenamento jurídico que trate do assunto foi suprido com a Lei n.º 12.954, de 18 de janeiro de 2012, que trata do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), veio regulamentar a execução das medidas destinadas a adolescentes que pratique ato infracional.

O SINASE é um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, abrangendo-se nela os sistemas estaduais, distrital e municipais, como também os planos, políticas, programas específico de atendimento a adolescente em conflito com a lei. Primordialmente, objetivo do SINASE é desenvolver uma ação socioeducativa sustentada nos princípios dos direitos humanos, alinhado em estratégias operacionais, com bases éticas e pedagógicas. (LEMOS, 2012)

As principais inovações apresentadas com o SINASE além de definir competência da união, estados, distrito federal e municípios com a relação à formulação de políticas de atendimento socioeducativo, inclusive quanto ao

financiamento de recursos. Estabelece também ao Município e ao Estado o dever criar e manter programas de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto, semiliberdade e internação.

A partir da vigência da lei, cada município deverá preparar o seu Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, conforme com o Plano Estadual e o Nacional, de competência do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).

Cabe salientar, que o SINASE descreve as atividade que devem ser desenvolvidas nas unidades executoras de medidas socioeducativas. Somada a isso criou o Sistema Nacional de Avaliação e Acompanhamento do Atendimento socioeducativo, com o objetivo de fiscalizar e avaliar a gestão, os programas das entidades executoras das medidas e o resultado de sua aplicação, socializando as informações do atendimento, com a intenção de aprimorar o próprio SINASE.

A exigência do Plano Individual de Atendimento (PIA), como instrumento individualizar da execução, será essencial o PIA, pois, por meio dela serão estabelecidas as metas e as atividades que o adolescente estará submetido no cumprimento da medida aplica pelo Poder Judiciário. E será monitorado pelo Juiz da Infância e Juventude, com a efetiva fiscalização do Ministério Público e do Defensor do representado.

Nesse sentido, com a aplicação da medida individualizada, serão melhores observada as doenças, deficiências ou dependência química que os menores infratores apresentam. Outra inovação são para os jovens casados ou que tenham relacionamento estável, que terão direito a visitas íntimas, desde que autorizadas pelo juiz que acompanha o processo.

A Lei n.º 12.594/12, nos artigos 36 a 48, apresentam os procedimentos da execução das medidas socioeducativas. A primeira medida de proteção, de advertência e de reparação ao dano, quando aplicada isoladamente, serão executadas nos próprios autos do processo de conhecimento, respeitando também as normas do ECA. (LEMOS, 2012)

O procedimento para aplicação das medidas de prestação de serviços à comunidade. Liberdade assistida, semiliberdade ou internação, serão organizadas no processo de execução para cada menor infrator, reverenciando as normas prevista no ECA. Assim que autuado o processo, a autoridade judiciária dará vistas da proposta de plano individual ao defensor e ao Ministério Público, dando

seguimento ao processo até a sentença, e o cumprimento da medida, conforme prever a lei do SINASE.

#### **4 (IM)POSSIBILIDADE DA REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL DEACORDO COM O PRINCÍPIO DA DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL**

A inimizabilidade penal recebeu tratamento constitucional, pela primeira vez, com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Anteriormente, a matéria era tratada somente pela legislação penal. O artigo 228 refere que são penalmente inimputáveis os menores de 18 anos, sujeitos às normas de legislação especial. (MASSON, 2015)

Todavia, a possibilidade de redução da idade de imputação penal do indivíduo vem sendo debatida nos meios sociais e jurídicos do país, levantando uma hipótese que a partir da redução da idade de responsabilização penal, também diminuiria a criminalidade existente entre os jovens.

Para Liberati (2000) quando se trata da inimizabilidade abaixo dos 18 (dezoito) anos de idade, retoma-se uma discussão, que diverge opiniões. Uns defendem que a maioria deve ser reduzida para 16 (dezesesseis) anos, levando em conta as conquistas dos direitos políticos de votar; outros entendem que deve ser conservada a inimizabilidade penal abaixo dos 18 (dezoito) anos, em virtude da não formação psíquica completa do jovem.

Muitos dos defensores da diminuição da idade para imputabilidade acreditam que seria uma resolução e auxílio no combate da criminalidade, da violência e delinquência juvenil no Brasil. A redução da maioria essencial e necessária, explicando que a criminalidade aumenta cada vez mais, recrutando um grande número de menores. Assim, é possível a percepção de que tal questão seria utilizada também como política criminal.

Isto posto, com objetivo de satisfazer as reivindicações de uma grande parcela da população, reduzir a criminalidade, a prática de atos infracionais por menores e a violência, a redução da maioria penal está sendo considerada como uma “saída”. Dessa maneira os menores infratores estariam sujeitos as penas previstas no Código Penal, isto significa que cumpririam suas penas instituições prisionais comuns.

O assunto chegou ao Congresso Nacional e vários projetos de Emendas à Constituição tramitam na Casa Legislativa com esse objetivo, ou seja, reduzir a idade de responsabilização penal do indivíduo para 16 ou até mesmo 14 anos de idade, ou aumento da internação. As justificativas apresentadas são muitas, entre



elas a conquista dos direitos políticos de votar aos 16 anos de idade e também vários países que defendem essa idade para a imputabilidade penal.

Por se tratar de uma matéria constitucional, especificamente no art. 228, referente a maioridade penal. A redução da maioridade penal somente seria possível acontecer através de emenda constitucional. Assim, o art. 60 da CF traz em seu texto, as condições para emenda à Constituição: (BRASIL, 1988)

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta: I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal; II - do Presidente da República; III - de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

No mesmo artigo a Constituição Federal estabelece uma limitação que deve ser observada para elaboração de emendas, pois, há certas matérias que não poderão ser objeto de deliberação por meio de emendas constitucionais.

O art. 60 da Magna Carta em seu parágrafo 4º, determina que para elaboração de emendas constitucionais seja observado: Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta: [...] § 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: [...] VI - os direitos e garantias individuais (Brasil 1988). O texto mencionado trata das chamadas Cláusulas Pétreas, que limitam o poder reformador constituinte.

Os direitos e garantias estão previstos no artigo 5º da Constituição Federal, mas, conforme determinação do parágrafo § 2º do mesmo artigo, os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte, podendo assim, estarem dispostos em outros artigos no decorrer do texto constitucional.

Nesse tocante, o art. 228, pode ser considerado uma garantia e um direito dos menores de dezoito anos, conforme o que disciplina a Doutrina de Proteção Integral. Portanto, resta claro que os direitos e garantias individuais (Inc. IV), não podem ser objetos de emendas, se restringir direitos e garantias.

Assim Bastos e Martins preconizam (BASTOS; MARTINS, 1999; p. 413):

Os direitos e garantias individuais conformam uma norma pétrea. Não são eles apenas os que estão no artigo 5º, mas, como determina o § 2º do mesmo artigo, incluem outros que se espalham pelo Texto Constitucional e 19 outros que decorrem de implicitude inequívoca.

Ainda, Nathália Masson (2015), ressalta sobre as emendas Constitucionais referentes as Cláusulas Pétreas:

Vale lembrar que as cláusulas pétreas poderão, obviamente, ser objeto válido de emendas constitucionais quando estas possuírem o intuito de ampliar ou sofisticar os assuntos relacionados no § 4º, do art. 60, CF/88. [...], uma emenda pode sim ter por objeto direitos individuais (ou qualquer outra cláusula pétrea), desde que não tenha a pretensão de abolir ou reduzir o núcleo essencial do tema. (Masson, 2015 p. 127)

Considerando que o menor de dezoito anos possui um direito fundamental – sendo, irrevogável – que não permite o envolvimento, como réu, em quaisquer tipos de ações criminais, processos esses nos quais o respeito devido à sua condição de hipossuficiência é colocada em apreciação. Por se tratar de um direito fundamental de natureza individual, a sua modificação, por emenda ou não é expressamente vedada (LIBERATI, 2000).

Para Piovesan (2001) a propostas de alterações da idade penal, além de violar cláusula pétrea, ofende regras internacionais de proteção dos direitos humanos, que o Estado brasileiro firmou compromisso para cumprir, ainda, com fulcro no artigo 5º, parágrafo 2º da Constituição, os direitos circunstanciados em tratados internacionais de proteção dos direitos humanos somam-se aos direitos nacionais. (PIOVISAN, 2001; p. 76-77).

Dessa forma, o entendimento de que propostas de emendas à Constituição que para reduzir a maioria penal afronta as regras constitucionais, além dos tratados internacionais incorporados pelo Brasil, quando disciplinar que crianças e adolescentes tem absoluta prioridade, na condição especial de sujeito de direitos e garantias.

Consequentemente pode-se constatar que além de ser considerada cláusula pétrea, não sendo possível sua alteração via Emenda Constitucional, o artigo 228 cria outra problemática, Brasil faz parte da Convenção Internacional dos Direitos da Criança que disciplina que o menor de 18 anos será inimputável, assim, o parágrafo 2º do artigo 5º da CF/88 estabelece que também serão considerados direitos e garantias individuais, aqueles estabelecidos em tratados e convenções internacionais em que o Brasil seja parte. Dessa maneira. (LIBERATI, 2000).

Sendo assim, se o Brasil ainda fizer parte das convenções internacionais que tratam dos direitos das crianças e adolescentes, pela regra da Constituição, ficaria

inviabilizada a possibilidade de alteração da idade penal mínima levando em consideração aos acordos firmados sobre direitos e garantias decorrentes de tratados internacionais.

Ainda assim, há doutrinadores que possuem posicionamentos divergentes sobre a possibilidade constitucional de redução da maioridade penal. Entre outros, disponibilizasse a opinião do jurista Pedro Lenza, que disciplina (LENZA, 2012, p. 1228):

Embora parte da doutrina assim entenda, a nossa posição é no sentido de ser perfeitamente possível a redução de 18 para 16 anos, uma vez que apenas não se admite a proposta de emenda (PEC) tendente a abolir direito e garantia individual. Isso não significa, como já interpretou o STF, que a matéria não possa ser modificada. Reduzindo a maioridade penal de 18 para 16 anos, o direito à inimizabilidade, visto como garantia fundamental, não deixará de existir. A sociedade evoluiu, e, atualmente, uma pessoa com 16 anos de idade tem total consciência de seus atos, tanto é que exerce os direitos de cidadania, podendo propor a ação popular e votar. Portanto, em nosso entender, eventual PEC que reduza a maioridade penal de 18 para 16 anos é totalmente constitucional. O limite de 16 anos já está sendo utilizado e é fundamentado no parâmetro do exercício do direito de votar e à luz da razoabilidade e maturidade do ser humano.

Mesmo com o apontamento doutrinário favorável a redução da maioridade penal de doutrinadores, salienta-se que o foco do presente não é questionar a partir da capacidade do menor de entendimento ou não dos atos que pratica, mas sim as questões que regem o ordenamento jurídico pátrio.

É apropriado dizer que inimizabilidade penal antes dos 18 anos é uma disposição jurídica subjetiva, pois foi consolidada e firmada através do art. 60, § 4º, inciso IV, da Constituição. Ou seja, diante das informações expostas, a impossibilidade jurídica da redução da maioridade penal é evidenciada através do próprio texto constitucional que consagrou a doutrina da proteção integral nos artigos 227 e 228. Souza Junior entende que realça uma vez mais que "a garantia do artigo 228 da Constituição, que expressamente estabelece a idade penal aos 18 anos, abriga uma cláusula pétrea, e qualquer atentado a ela constituirá fraude constitucional". (SOUZA JUNIOR, 2001).

Para Souza Junior (2001, p. 104).

Toda esta construção permite alicerçar o raciocínio em torno do caráter de garantia fundamental da inimizabilidade do menor de 18 anos. Evidentemente, não há ingenuidade nessa postura hermenêutica que impeça reconhecer os fatores de atualização de enunciados normativos sob

impulso de transformações sociais e que se possam acolher ao abrigo de mudanças constituintes, sob pena dos assaltos corrosivos. A intocabilidade do núcleo essencial do direito à imputabilidade penal antes dos 18 anos, por meio de revisão ou de emenda, ainda que reconheça que a subjetividade aí inscrita não pode ser a priori e definitivamente fixada.

A Constituição Federal de 1988, também é conhecida como Constituição cidadã, os avanços inseridos no ordenamento jurídico é o resultado de conquistas sociais que defendem a integralidade dos direitos a todos, sem nenhuma distinção, inclusive para as crianças e adolescentes. Vale ressaltar que os atos infracionais praticados por menores são punidos através de medidas adequadas considerando as condições dos menores, e a redução da maioridade penal é um retrocesso dos direitos e garantias já consagrados para as crianças e adolescentes brasileiras.

Assim, além das informações legais sobre o assunto, ressalta-se que propostas que reduzem a imputabilidade penal de 18 para 16 anos, permitirão a aplicação de penas aos menores infratores da mesma forma de um adulto, o que se consideraria um tratamento irregular de acordo o ato infracional, pois ao analisarmos tal questão, as penas seriam cumpridas igualmente e no mesmo local, o que seria inadequado (BITENCOURT, 2012).

Em razão do menor ser considerado um indivíduo em desenvolvimento, devem ser apartadas qualquer possibilidade de cumprimento de pena junto de adultos infratores, além disso, devem ter locais apropriados para execução das penas, para propiciar ao menor tratamento ressocializador e de forma individualizada. Dessa maneira, as medidas socioeducativas possuem papel essencial, pois, efetiva a aplicação das punições aos menores infratores e ao mesmo tempo assegura os direitos e garantias tuteladas na doutrina de proteção integral.

A redução da maioridade penal, não deve ser observada somente por um aspecto, para que haja grandes mudanças é necessário avaliar os impactos que decorrerão delas. Reduzir a maioridade penal somente para satisfazer o anseio social não é uma justificativa, é necessário fazer análises sociais, prisionais, criminais, psicológicas, e diversos estudos para adotar a medida correta, que supra as necessidades coletivas e assegurem os direitos dos indivíduos, principalmente quando tratar de crianças e adolescentes.

Se houver uma reforma da Constituição no art. 228, onde trata da idade mínima de imputabilidade penal seria um retrocesso dos direitos fundamentais e

uma afronta ao que disciplina o art. 1º do ECA que trata sobre a doutrina da proteção integral, esta medida tem caráter imediatista, onde o principal intuito é o de dar uma resposta a sociedade, sem ter uma análise aprofundada dos efeitos que essa mudança ocasionaria na prática (LIBERATI, 2006 p.135).

Assim, exige-se, para se admitir a redução da maioria penal, principalmente, competências e honestidade de propósitos, aspectos nada comuns no tratamento do atual sistema penitenciário nacional como um todo, na qual levam o receio de sustentar a tese de que, não adotariam por completo as responsabilidades penais, sendo essas diminuídas, não acrescentando, estabelecimentos adequados, exclusivos para os menores, com estrutura funcional diferenciada, contrariando as doutrinas de proteção integral, na qual delimitam o menor como alguém em desenvolvimento, necessitado de espaços que estabeleçam medidas apropriadas, visando as especificidades desse público.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho teve como escopo o estudo da possível redução da maioria penal de acordo com o Princípio da Doutrina de Proteção Integral

Para tanto fez-se necessário fazer uma contextualização do tema para se delimitar o objeto de estudo. Primeiramente foi feita a abordagem acerca da maioria, fazendo uma consideração preliminar sobre a imputabilidade penal. A partir do conhecimento demonstrado através dos conceitos de inimputabilidade, foram apresentados os aspectos jurídicos e doutrinários que permitem uma melhor elucidação do que é a maioria penal no ordenamento jurídico pátrio.

Logo após se apresentou as duas formas de imputação existentes, sendo elas imputabilidade por doença mental e imputabilidade por imaturidade natural. Também foram expostos e os critérios adotados pela nossa legislação para aferição da imputabilidade no Brasil, o ordenamento adotou o critério Biopsicológico, mas além disso, foram demonstrados demais critérios existentes. Sequencialmente, foi feita uma análise crítica sobre inimputabilidade e impunidade, o que permite também, um esclarecimento sobre a comum confusão do significado das palavras e a diferença do significado de cada uma delas.

Passou-se, então a fazer uma análise Doutrina da Proteção Integral, a princípio foi apresentado o percurso dos direitos da Criança e do Adolescente no Brasil, os dispositivos legais antecessores que deram lugar a legislação vigente sobre a Criança e o adolescente. Do mesmo modo, demonstra-se a própria Doutrina

de Proteção Integral, bem como, as lei que abrange e as modificações advindas a partir dela.

Analizou se, posteriormente, as medidas socioeducativas,. Sabe-se que com a redução da maioridade penal, o menor infrator a partir de 14 ou dezesseis anos, seria punido como se fosse adulto, ou seja, da mesma forma e nos mesmo estabelecimentos prisionais. O destaque dado as medidas de punição apresentadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescentes são essenciais, pois, por meio delas são efetivadas a punição de menores infratores, de forma adequada, respeitando sempre a condição do menor e suas peculiaridades, e com o objetivo de educar e ressocializar.

Por fim, sem a pretensão de esgotar o tema, que por certo merece aprofundamento em nível de pós-graduação, concluiu-se pela através da análise da possibilidade ou não de redução da maioridade penal de acordo com a doutrina de proteção integral, principalmente pela ótica legal e constitucional da abordagem do tema.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 27 de janeiro de 2016.

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal, volume 1, parte geral: (arts. 1º a 120)** -15. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BRASIL. **Código Penal**. Brasília: Senado, 1940. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm)>. Acesso em: 27 de janeiro de 2016.

JESUS, Damásio E. de. **Direito Penal**. Parte Geral. São Paulo: Saraiva, 1995.

CUNHA, Rogério Sanches. **Manual de Direito Penal**. Parte geral. 3. ed. São Paulo: JusPODIVM, 2015.

BRASIL. **Código de Processo Penal**. Brasília: Senado, 1941. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del3689.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689.htm)>. Acesso em: 26 de janeiro de 2016.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal** - 17. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2015.

BRASIL. **Código de Menores**. Brasília: Senado, 1979. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/L6697.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm). Acesso em: 26 de janeiro de 2016.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal: Parte geral e parte especial**. - 7. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2011.

DOTTI, René Ariel. **Curso de Direito Penal: parte geral**. 2. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2005.



BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. 17ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

AFONSO, Edinaldo de Araújo. **A Redução da Maioridade Penal**. Presidente Prudente- SP, 2008. 57 p. Monografia apresentada para conclusão de Curso em Direito FACULDADES INTEGRADAS ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO, Presidente Prudente, 2008. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/Juridica/article/viewFile/813/790>>. Acesso em 30 de janeiro de 2016.

SARAIVA, João Batista Costa. **Desconstruindo o Mito da Impunidade**. Um Ensaio de Direito (Penal) Juvenil -Brasília: 2002

BULOS, UadiLammêgo **Curso de direito constitucional I** - 8. ed. rev. e atual.11. de acordo com a Emenda Constitucional n. 76/2013 - São Paulo: Saraiva, 2014

CRISTO, Keley K.; RANGEL Patrícia C. Vago. **Breve Histórico dos Direitos da Criança e do Adolescente**. Artigo Científico, 2004. Disponível em: <<http://www.pailegal.net/guarda-compartilhada/387-breve-historico-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente?format=pdf>>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2016.

CUSTÓDIO, André Viana. **A Exploração do Trabalho Infantil Doméstico no Brasil Contemporâneo**: limites e perspectivas para sua erradicação. 2006. 282 f. Tese. (Doutorado em Direito), Curso de Pós-Graduação em Direito, Programa de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em :<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp007202.pdf>>. Acesso em 01 de fevereiro de 2016.

NUNES, Eduardo Silveira Netto. **Apontamentos legais a respeito dos direitos da criança e do adolescente no Brasil**. Adaptação de: Evolução legal dos direitos da criança e do adolescente. In A possibilidade das medidas sócio-educativas serem compreendidas a partir do novo direito da criança e do adolescente. 2002. 41 f. Monografia (Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo/RS. Disponível em:<[http://www.mp.rn.gov.br/caops/caopij/artigos/artigo\\_eduardo\\_silveira.pdf](http://www.mp.rn.gov.br/caops/caopij/artigos/artigo_eduardo_silveira.pdf)>. Acesso em 26 de janeiro de 2016.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A lenta construção dos direitos da criança brasileira - Século XX**. Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo Comissão de Direitos Humanos, 1998. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Obras-recentemente-publicadas/a-lenta-construcao-dos-direitos-da-crianca-brasileira-seculo-xx-1998.html>>. Acesso em 01 de fevereiro de 2016.

FROTA, Maria Guiomar da Cunha. **A cidadania da infância e as novas responsabilidades do Estado e da Sociedade Civil na implementação dos direitos da criança**. Revista Memex: informação, cultura e tecnologia. Belo Horizonte, março/abril de 2005, ano 4, nº 10. Disponível em: <<http://www.infanciaecidadania.com/base/admin/fotos/PROEXCAPLIVRO.pdf>>. Acesso em: 28 de janeiro de 2016

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. 10. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

DIGIÁCOMO Murillo José; DIGIÁCOMO Ildeara de Amorim. **Estatuto da Criança e do Adolescente Anotado e Interpretado**: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (atualizado até a Lei nº 12.796/2013, de 04 de abril de 2013). Paraná: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente, 2013.

MASSON, Nathália. **Manual de Direito Constitucional**. 3ª edição Revisada, ampliada e atualizada – São Paulo: JusPODIVM, 2015.

PADILHA, Rodrigo, 1976- **Direito constitucional**– 4. ed. - Rio de Janeiro : Forense; São Paulo: MÉTODO, 2014.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**- 30. ed. - São Paulo: Atlas, 2014.

BEZERRA, Natália Ester; GONZAGA Mário Jorge de Araújo; OLIVEIRA Gislene Farias de. **Considerações sobre a redução da maioria penal em face do Estatuto da Criança e do Adolescente**. Artigo Científico -Revista Direito & Dialogicidade, Ano III, v.III, dez. 2012 Universidade Regional do Cariri – URCA, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.urca.br/ojs/index.php/DirDialog/article/view/562>>. Acesso em 05 de fevereiro de 2016.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm)>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2016

SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Sistema de garantias e o direito penal juvenil**. São Paulo: Editora revista dos tribunais, 2008.

SPOSATO, Karyna Batista. **O Direito Penal Juvenil**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

ROSSATO, Luciano Alves. **Da execução das medidas socioeducativas – Lei 12.594/2012**. Publicado dia 23 de janeiro de 2012. Atualizado dia 21 de agosto de 2013. Disponível em: <<http://atualidadesdodireito.com.br/lucianorossato/2012/01/23/da-execucao-das-medidas-socioeducativas-lei-12-5942012/>> Acesso em 07 de fevereiro de 2016.

LEMONS, Luciano Braga; LEMONS, Rafaela Paoliello Sossai. **A nova execução das medidas socioeducativas do estatuto da criança e do adolescente**. Rio grande, 2012. Disponível <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=12531](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12531)> Acesso em: 07 de fevereiro de 2016.

LIBERATI, Wilson Donizeti. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**. 5 ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2000.

BASTOS, CR; ARTINS, IG. **Comentários à Constituição do Brasil**. V. 4 - tomo I, 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

PIOVESAN, Flávia. **A inconstitucionalidade da redução da maioridade penal.** In: CRISÓSTOMO, Eliana Cristina R. Taveira (Org.) *A razão da idade: mitos e verdades.* 1a ed. Brasília, 2001.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado.** 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

SOUZA JUNIOR, José Geraldo de. **A construção Social e Teórica da Criança no Imaginário Jurídico.** In: CRISÓSTOMO, Eliana Cristina R. Taveira (Org.) *A razão da idade: mitos e verdades.* 1a ed. Brasília: 2001.